

# ensino e pesquisa em história econômica: perfil docente e das disciplinas de história econômica nos cursos de graduação de economia no brasil\*

## teaching and research in economic history: teaching and economic history courses profile in the economic undergraduate programs in brazil

**Alexandre Macchione Saes\*\***

Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

**Rômulo Felipe Manzatto\*\*\***

Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

**Euler Santos de Sousa♦**

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

### RESUMO

O objetivo deste artigo é avaliar o perfil das disciplinas de história econômica oferecidas nos cursos de graduação em economia no Brasil. Parte-se do pressuposto de que a construção das disciplinas de graduação, ainda que objetivamente delimitadas pelos programas de seus cursos, abre um espaço para a subjetividade dos professores por meio da seleção de suas bibliografias. Essa seleção

### ABSTRACT

This paper aims to outline the courses of economic history being taught at the undergraduate programs of economics in Brazil. We claim that the construction of the syllabus of each course, even though delimited by the requirements of the programs, gives a good perspective about teachers' scholar background and also on the courses purposes. That way, we also try

---

\* Os autores agradecem o apoio recebido do Programa Ensinar com Pesquisa da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo.

Submetido: 9 de outubro de 2015; aceito: 11 de dezembro de 2015.

\*\* Professor do Departamento de Economia da FEA-USP e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP. Doutor em Economia pela UNICAMP. Bacharel em Ciências Sociais pela UNESP-Araraquara. *E-mail:* alexandre.saes@usp.br

\*\*\* Mestrando em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP. Bacharel em economia pela FEA-USP. *E-mail:* romulo.manzatto@gmail.com

♦ Graduando em Economia pela FEA-USP. *E-mail:* eulerssousa@gmail.com

que define o perfil de cada disciplina reflete a formação dos professores e o sentido que eles buscam dar ao curso. Assim, visando explicitar as variáveis que possam influenciar na construção dessas ementas, buscou-se também avaliar a formação dos docentes que lecionam disciplinas de história econômica nos cursos de economia, com o intuito de traçar seus perfis e a influência dessa formação na construção do conhecimento disseminado em nossas universidades.

**Palavras-chave:** História econômica. Ensino de graduação. Perfil docente. Bibliometria. Metodologia.

to highlight the variables that can explain the construction of syllabus and the selected bibliography by analysing teachers' scholar background.

**Keywords:** Economic history. Undergraduate teaching. Teacher profile. Bibliometrics. Methodology.

## Introdução

A história econômica é um campo de pesquisa que sofreu considerável transformação nas últimas três décadas no Brasil. Se dominante como metodologia entre os historiadores e muito presente e respeitada entre os economistas até os anos 1970, a partir da década seguinte a área passou a ser eclipsada com a ascensão de novas correntes do pensamento econômico e de vertentes historiográficas revisionistas.

Essa história econômica dominante até os anos 1970 esteve intimamente ligada à necessidade de responder aos dilemas do desenvolvimento econômico brasileiro vividos naquele momento. Temas como o processo de industrialização, a questão da mão de obra – fosse o trabalho escravo ou o livre –, a ligação da economia nacional com o mercado internacional, entre outros, eram temas da ordem do dia, que ultrapassavam o âmbito profissional e dialogavam com os problemas nacionais. Nesse sentido, obras como de Celso Furtado e Caio Prado Jr. olhavam para as especificidades da formação histórica brasileira para compreender os possíveis caminhos para a superação de nosso atraso econômico. Essas questões continuaram povoando o pensamento dos pesquisadores que entre os anos 1960 e 1970 viam na particularidade do capitalismo brasileiro, fosse pela herança da escravidão, pela desarticulação do mercado interno, pelo caráter atrasado da indústria nacional, uma possível resposta para os problemas da economia naquele período (Saes, 1976, p. 243-244, 2013).

Nos anos 1980, a articulação entre a pesquisa acadêmica e as questões nacionais parece que foi perdendo força. No Brasil era o momento de

expansão dos programas de pós-graduação que estimulavam o desenvolvimento de pesquisas monográficas, amplamente fundamentadas em fontes primárias, que buscaram, a partir de então, validar as grandes sínteses construídas pelos textos clássicos das décadas anteriores. Se metodologicamente essa tendência de revisão dos clássicos podia ser auxiliada com a crescente facilidade de acesso às fontes primárias e do emprego do computador para a análise dos dados, no campo da teoria, tanto a ciência econômica como a história passavam por alterações profundas que impactariam o ofício do historiador econômico.

No que diz respeito ao estudo da história, foi a partir dos anos 1980 que as teses da história cultural começam a ser difundidas entre os pesquisadores brasileiros. Assim, as explicações socioeconômicas e as grandes sínteses, com importante influência dos estudos marxistas, saem de cena para dar maior espaço ao empírico e ao flerte com explicações de cunho antropológico-cultural (Erbereli Júnior, 2012). Da perspectiva dos economistas, a crescente influência da nova teoria econômica, fundamentada acima de tudo na análise neoclássica e instrumental (Bianchi, 2013; Fontana, 2014), limitou a participação dos historiadores econômicos no debate econômico e, portanto, minimizou o papel de suas pesquisas como leituras dos problemas nacionais.

Os pesquisadores em história econômica se viram questionados em dois flancos, tanto no contato com seus interlocutores economistas, como no diálogo com os historiadores ligados ao paradigma da análise culturalista. Esse diálogo tenso, travado em duas frentes, acabou por fazer avançar novas tentativas de sínteses interpretativas, delimitando os atuais contornos do campo de pesquisa da história econômica.

Na história, uma vasta literatura revisionista sobre os temas clássicos, como sobre a escravidão, a industrialização, a formação do mercado interno, entre outros, apontou para novas evidências. Na economia, ainda que de maneira dominante nos países anglo-saxões, e menos no Brasil, a aproximação com a teoria econômica disseminou estudos com base na *new economic history* e na economia institucional (Fogel, 1965, p. 94; Whaples, 2010)<sup>1</sup>. Mas afinal, se essas mudanças podem ser observadas

---

<sup>1</sup> Essa difícil relação entre teoria econômica e história econômica pode ser observada com o fim de disciplinas de história econômica nas graduações de economia nos EUA. Para o tema, cf. Temin (2013).

no campo das pesquisas de história econômica, como pensar na construção dos cursos ministrados na graduação? Até que ponto é possível observar a incorporação dessa mais recente e ampla literatura de história econômica na formação dos alunos de graduação de economia? Essas foram as questões que nortearam a presente pesquisa realizada durante o ano de 2014 por meio da análise do perfil docente e das disciplinas de história econômica, nos cursos de graduação de economia do Brasil.

Assim, o objetivo deste artigo é avaliar o perfil das disciplinas de história econômica oferecidas nos principais cursos de graduação em economia no Brasil. Parte-se do pressuposto de que a construção das ementas dos cursos de história econômica, ainda que objetivamente delimitado pelos programas de seus cursos, abre um espaço para a subjetividade dos professores por meio da seleção de suas bibliografias. Essa seleção que define o perfil de cada disciplina certamente reflete a formação dos professores e o sentido que eles buscam dar ao curso. Assim, visando explicitar as variáveis que possam influenciar na construção dessas ementas, buscou-se também avaliar a formação dos docentes que lecionam disciplinas de história econômica nos cursos de economia, com o intuito de traçar seus perfis e a influência dessa formação na construção do conhecimento.

Do ponto de vista da estrutura curricular, avalia-se a quantidade de créditos disponibilizados para as disciplinas de história econômica diante do total da carga curricular, assim como o tipo de abordagem de cada disciplina com base nos textos utilizados em sala, informados pelos próprios professores ministrantes das matérias por meio de questionários. Espera-se que este trabalho seja capaz de oferecer uma visão de conjunto dos cursos da área, contribuindo para a divulgação dos diferentes conteúdos e das diferentes vertentes abordadas e garantindo uma reflexão sobre a responsabilidade e o poder dos docentes na transmissão do conhecimento.

## **1. Descrição dos procedimentos**

A elaboração de um perfil do ensino de história econômica no Brasil depende da criação de algum critério objetivo, capaz de delimitar

a área. Para os fins deste artigo, considera-se que as disciplinas de história econômica são aquelas que tratam de temas relativos à análise econômica e social de processos históricos, o que força a exclusão das disciplinas do tipo *história do pensamento econômico*, que, embora tangenciem as questões enunciadas pela definição utilizada, têm como foco o estudo dos intelectuais dedicados à produção teórica em economia, aproximando-se mais da área de metodologia do que propriamente da história econômica.

A distinção se dá, portanto, pelo objeto de estudo, enquanto a *história econômica* lida com as transformações econômicas e sociais em diferentes contextos, a *história do pensamento econômico* visa à compreensão do processo de construção da teoria econômica. Assim, ao analisar a produção dos intelectuais como forma de iluminar aspectos da produção teórica em economia, a *história do pensamento econômico* transforma-se em um “metaestudo”, isto é, uma análise sistemática da economia que se volta para si mesma, buscando compreender sua própria evolução. Essa é a concepção presente nas obras clássicas de história do pensamento econômico de Joseph Schumpeter (1964) e de Mark Blaug (1989), que, respectivamente, buscam a objetividade metodológica ao tratar o estudo da disciplina como “história da análise econômica” ou como uma história do pensamento econômico “absolutista”.

Dessa maneira, foram consideradas disciplinas de *história econômica* aquelas que trataram especificamente da evolução dos acontecimentos econômicos, assim como de suas interpretações, fossem relativos aos acontecimentos internacionais, nacionais ou, inclusive, regionais. Nesse sentido, consideramos como disciplinas da área de *história econômica* aquelas de *história econômica do Brasil*, *formação econômica do Brasil* ou outras denominações próximas, que de maneira geral avaliaram a trajetória da economia brasileira entre a colônia e a República. Foram consideradas também as disciplinas de *economia brasileira*, que, apesar de sofrerem variações entre os cursos no marco de início da disciplina, de maneira geral tratam das últimas décadas de nossa história. Finalmente, foram analisados outros dois grupos de disciplinas: aquelas relacionadas ao estudo da *história econômica geral*, que trata dos grandes marcos da economia internacional, percorrendo da Idade Média ao final do século XX; e, ainda, disciplinas de história econômica regional, que destacam especificidades da evolução da economia de determinados estados ou regiões.

Estabelecido o critério de definição da área de história econômica, procedeu-se a um levantamento dos cursos de graduação em economia. Embora a pesquisa tenha como objetivo a avaliação do ensino de história econômica nos cursos de graduação em economia<sup>2</sup>, nos procedimentos de seleção da amostra adotou-se como critério a existência de curso de pós-graduação recomendado pela CAPES, procedimento que permitiu reduzir consideravelmente o tamanho da amostra. A inexistência de um critério unificado de avaliação dos cursos de graduação<sup>3</sup> fez com que fosse necessário adotar a avaliação dos programas de pós-graduação como *proxy* da qualidade do ensino na graduação<sup>4</sup>. São esses os cursos de graduação que, por possuírem programas de pós-graduação, possuem uma maior interface entre ensino e pesquisa, podendo influenciar a redefinição do perfil das disciplinas na graduação. Afinal, acreditamos que os programas das disciplinas de graduação acabam respondendo às transformações nos debates teóricos e historiográficos que podem ser identificados anteriormente dentro das pesquisas e da pós-graduação.

A partir de uma extensa lista de cursos de graduação em economia existentes no Brasil, foram selecionadas as 43 universidades com curso de pós-graduação em economia recomendado pela CAPES. Escolhidas as universidades integrantes da amostra, realizamos um levantamento preliminar da estrutura curricular dessas Instituições de Ensino Superior (IES). Isto é, mediante as informações oficiais das grades curriculares dos cursos em questão, existentes nos *sites* que compunham a amostra, arrolamos as disciplinas de história econômica existentes em cada curso. Percebemos logo de início a dificuldade que seria essa atividade, tanto

---

<sup>2</sup> Essa pesquisa poderia ser realizada também para outros cursos em que a disciplina de história econômica eventualmente é oferecida, tais como os cursos de história, ciências sociais e geografia. A dificuldade nesse caso é que não há uma obrigação para a existência de disciplinas específicas de história econômica nesses cursos, ao contrário do caso da graduação em economia, como logo veremos, de maneira que poderia existir grande discrepância entre as faculdades. Esse pode ser um tema para uma futura pesquisa.

<sup>3</sup> O ENADE, por exemplo, não é adotado pela USP ou UNICAMP, duas das mais importantes universidades brasileiras tanto na quantidade de egressos, quanto na relevância e no impacto das pesquisas produzidas na área de economia.

<sup>4</sup> Ao optar por restringir a amostra segundo esses critérios, o trabalho deixou de captar os efeitos da expansão sem precedentes da rede federal de ensino superior na última década. Consolidados os resultados dessa primeira sondagem, nada impede que a pesquisa seja estendida a esses novos cursos.

por conta da existência de *sites* desatualizados ou sem informações, como também da escassez de dados disponíveis mais especificamente sobre as disciplinas. Dessa forma, para minimizar as possíveis lacunas, baseamos nossa análise em dois grupos de informações: nos dados encontrados nos *sites* das 43 IES de economia e, posteriormente, nos questionários enviados aos professores dessas instituições. Essa primeira parte da pesquisa tinha o objetivo de avaliar como as IES se adaptaram às diretrizes curriculares do curso de economia do Ministério da Educação quanto ao oferecimento de disciplinas na área de história econômica.

Vale lembrar que, conforme o Artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, exige-se que ao menos 10% da carga horária total do curso deve ser dedicado a disciplinas de “formação histórica” (Brasil, 2007)<sup>5</sup>.

Iniciamos então um levantamento dos professores das universidades selecionadas que lecionam disciplinas de história econômica tanto por meio dos *sites* dos departamentos das universidades, como por meio de telefonemas para representantes de seus departamentos de economia e de história e da lista de sócios da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE).

Após o processo de levantamento dos professores, foi elaborado um questionário com o intuito de avaliar o perfil dos professores ministrantes das disciplinas de história econômica. Esse questionário era composto por perguntas sobre dados pessoais e de identificação (como nome, idade e sexo)<sup>6</sup>; sobre a formação acadêmica do docente (universidade e curso de graduação, universidade e curso de doutorado e ano de conclusão da graduação e do doutorado); sobre as características do trabalho do professor (área de pesquisa, regime de trabalho, universidade em que trabalha); e, finalmente, sobre as disciplinas que o docente ministra ou ministrou (nomes das disciplinas, carga horária, descrição das disciplinas,

---

<sup>5</sup> Para as Diretrizes Curriculares do MEC, é preciso frisar que a área de “formação histórica” exigida no curso de economia inclui a disciplina de história do pensamento econômico, ao contrário do que é considerado neste trabalho.

<sup>6</sup> Os dados pessoais dos docentes que responderam à pesquisa foram utilizados somente como identificação e foram mantidos em sigilo. Somente os três pesquisadores que assinam este artigo tiveram acesso aos dados; os gráficos e tabelas expostos ao longo do trabalho não contêm nenhuma informação que possibilite a identificação dos professores que responderam à pesquisa.

bibliografia utilizada)<sup>7</sup>. Além disso, ao final do questionário havia um campo para que os respondentes pudessem indicar outros docentes da faculdade, para que pudéssemos verificar profissionais que teriam escapado de nosso processo preliminar de busca, além de um espaço destinado a comentários relativos às disciplinas que o docente havia ministrado.

Ao todo, nossa amostra-base foi composta por cerca de 160 professores, aos quais enviamos o questionário por *e-mail* duas vezes (caso o docente não houvesse respondido na primeira vez), intervaladas por um período de 15 a 30 dias. Para a captação das respostas, foi utilizada a plataforma Google Docs, que armazena as respostas num banco de dados *on-line* que poderia ser convertido num formato compatível com o programa Microsoft Excel, no qual ocorreu o tratamento dos dados. Do total de questionários enviados, foram obtidas 54 respostas num período de 5 meses. Após receber todas as respostas, passamos para a fase de tratamento dos dados. Do banco de dados, extraímos o que consideramos os principais aspectos definidores do perfil dos docentes que lecionam disciplinas de história econômica no curso de graduação em economia no Brasil.

## 2. Descrição geral da amostra

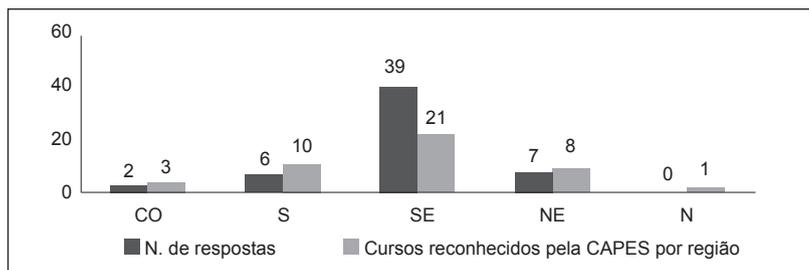
O Gráfico 1 apresenta a distribuição geográfica por região dos professores que responderam ao questionário. Vemos que 72,2% dos professores que responderam ao questionário atuam em universidades da região Sudeste. Esse resultado já era de certa forma esperado, visto que grande parte das universidades brasileiras e da produção acadêmica nacional se concentra nessa região. Isso vale tanto se levarmos em conta o total de universidades no Brasil que lecionam economia na graduação, como se levarmos em conta o número de universidades com pós-graduação recomendada pela CAPES. Se considerarmos todos os cursos de economia do Brasil, 237 conforme dados do MEC, 44% estão localizados

---

<sup>7</sup> Em especial, para cada disciplina que o docente ministrou nos últimos dois anos, solicitamos a indicação das cinco referências que ele considerasse as mais importantes. Os detalhes dessa seção do questionário, essencial para os objetivos desta pesquisa, serão expostos na seção correspondente à bibliometria.

no Sudeste. Se consideramos, por outro lado, os 43 cursos de pós-graduação de economia, 48% estão nessa mesma região.

Gráfico 1 – Origem das respostas por região



A concentração de nossas respostas foi consideravelmente maior do que a distribuição de cursos de graduação e pós-graduação no Sudeste, cerca de 70%. Todavia, outro fator contribuiu para reforçar essa concentração: os departamentos de economia das universidades mais antigas do país, localizados no Sudeste, tais como USP, UNICAMP, UFRJ e UFMG, são, na maioria das vezes, maiores em número de docentes e, desse modo, receberíamos mais respostas oriundas de professores dessas universidades do que de outras. Em suma, apesar de uma amostra aparentemente desigual, isto é, bastante concentrada nas universidades sediadas no Sudeste, esta representa em grande medida o perfil da concentração da pós-graduação brasileira existente hoje e, ainda mais, dos profissionais da área de história econômica atuantes no Brasil<sup>8</sup>. Como consideramos acima, é possível que esse cenário seja alterado em alguns anos, resultante do processo de interiorização das universidades públicas federais na última década.

Como veremos mais adiante, outro dado que explica a tendência de concentração de nossa amostra é que os principais centros de pós-graduação em história econômica do país se encontram nos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. A USP, por exemplo, é a única universidade que possui um programa de pós-graduação especi-

<sup>8</sup> Vale destacar que essa concentração de profissionais é bastante evidente na distribuição de sócios da ABPHE, com elevado número de sócios no Sudeste, especialmente no estado de São Paulo.

ficamente em história econômica, vinculado à Faculdade de História, enquanto o Instituto de Economia da UNICAMP, a Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais e a Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense possuem importantes programas que também contemplam a formação de pesquisadores em história econômica.

O argumento acima ajuda-nos a compreender a tendência de distribuição de nossas respostas em relação às unidades federativas. Das respostas recebidas observa-se que 70,37% dos professores atuam em São Paulo, em Minas Gerais ou no Rio de Janeiro (Gráfico 2). Vale ressaltar novamente que os departamentos de universidades como FEA-USP e FEA-RP-USP, UNICAMP, UFMG e UFRJ são bastante particulares, possuindo um número significativo de professores dedicados à área no departamento.

Gráfico 2 – Origem das respostas recebidas por estado

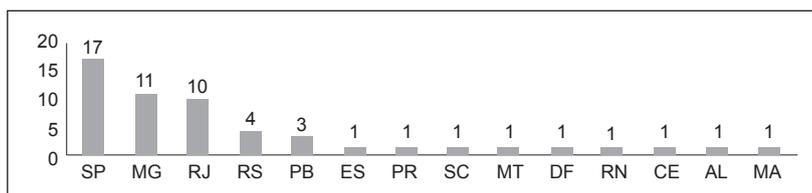
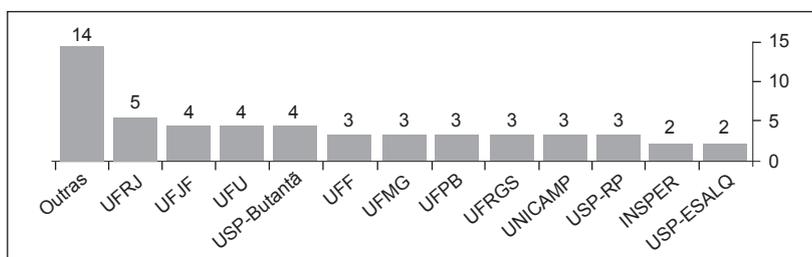


Gráfico 3 – Respostas recebidas por universidades



O Gráfico 3 apresenta a distribuição das respostas que foram recebidas de 25 das 43 Instituições de Ensino Superior. As universidades de que não obtivemos repostas foram: UFBA, UCB, UFV, UFPA, UFPE, UEM, UEL, FGV-RJ, IBMEC, UCAM, FURG, UFSM, UFPEL, PUC-RS, UFSC,

UFS e UFSCar (isto é, 17 ao todo). Na categoria “Outras”, estão incluídas as 14 universidades de que recebemos apenas uma resposta, sendo elas: FGV-SP, PUC-RJ, PUC-SP, UERJ, UFAL, UFC, UFES, UFMA, UFMT, UFPR, UFRN, UNB, UNESP e UNISINOS.

Como é possível perceber, a concentração das respostas se deu em universidades do Sudeste: apenas UFPB e UFRGS fogem ao padrão de concentração, mas são dois tradicionais cursos em que a pesquisa de história econômica também é realizada. No Rio de Janeiro as respostas ficaram entre UFRJ e UFE; em Minas Gerais entre UFMG, UFJF e UFU, e, em São Paulo, na UNICAMP, no INSPER e nos três *campi* da USP onde o curso de economia é oferecido: São Paulo, Ribeirão Preto e Piracicaba.

### **3. O perfil dos professores de história econômica no Brasil**

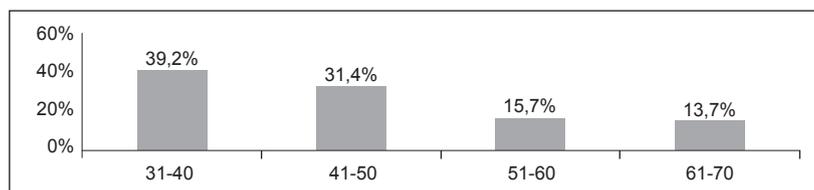
A parte inicial do questionário buscava avaliar o perfil dos professores na área, isto é, a idade, a formação e o ingresso na universidade. Com essas informações é possível analisar não somente as particularidades da formação deles relacionadas ao perfil das instituições pelas quais passaram, como também ao período em que realizaram a formação. Afinal, não somente cada geração possui uma determinada questão que norteia os estudos e interesses, influenciando aquilo que é absorvido ao longo da vida, mas também cada geração tem a sua disposição um determinado grupo de obras e autores que se tornam referência, e que podem alterar profundamente o perfil dos cursos.

Para um exemplo atual de como cada geração acaba sendo influenciada por algumas obras, hoje o livro de Thomas Piketty, *O capital do século XXI*, certamente passou a ser uma nova referência encontrada nos mais diversos programas de disciplinas de economia. O sucesso editorial e a maneira bem-sucedida que o autor expôs a questão da desigualdade social no mundo fazem de *O capital do século XXI* um candidato para ser bastante debatido também na graduação. Nos anos 1970, avaliando a trajetória da disciplina de história econômica geral, certamente contribuíram para uma transformação na forma como ela era ministrada, em primeiro lugar, a tradução de *A evolução do capitalismo*, de Maurice

Dobb, e, anos mais tarde, a publicação das obras de Eric Hobsbawm, tanto a série das “eras”, *Era do capital* e *Era das revoluções*, como o livro *Da Revolução Industrial Inglesa ao imperialismo*.

Assim, começando a exposição das características dos entrevistados pelo quesito “Idade” (Gráfico 4), vemos que 70,6% dos professores que responderam têm entre 30 e 50 anos de idade. São professores nascidos entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, que chegaram ao ensino superior entre as décadas de 1980 e 2000, portanto, ao final da Guerra Fria e do governo militar brasileiro. No mundo acadêmico, são gerações que vivenciaram mudanças significativas tanto no campo da economia, como no da história: se a ciência econômica vivenciou o desenvolvimento do conhecimento técnico com o desenvolvimento de modelos, de ferramentas estatísticas e do próprio computador, o campo da história foi a ascensão da história cultural, da análise das minorias e da maior facilidade de acesso aos documentos primários que marcou a transformação da pesquisa do ensino na área<sup>9</sup>. Certamente são gerações bastante diferentes daquelas que viveram intensamente as décadas anteriores de Guerra Fria e de ditadura militar, em que, por exemplo, a influência do marxismo era decisiva nas ciências sociais, enquanto, mais especificamente, entre economistas as teses de monetaristas ou de estruturalistas moviam intensamente os debates acadêmicos.

Gráfico 4 – Distribuição das idades

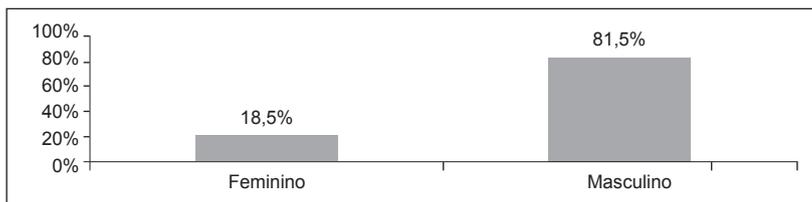


No que diz respeito à distribuição por gênero, apesar de uma lista de importantes historiadoras econômicas brasileiras, entre elas Alice P. Canabrava, Maria Yedda Linhares, Eulália L. Lobo e Maria Bárbara Levy, entre tantas outras, atualmente existe uma preponderância significativa

<sup>9</sup> Para a relação entre história e economia, conferir Saes (2013) e Saes e Saes (2013, Introdução). Para a relação entre história econômica e história cultural, cf. Arruda (2002) e Motta (2009).

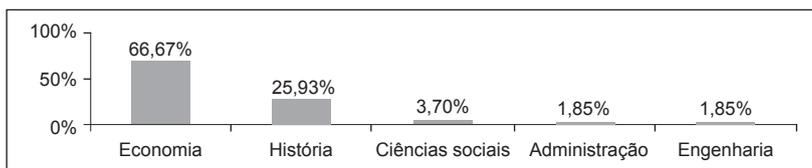
de professores do sexo masculino, que representam 81,5% dos professores entrevistados<sup>10</sup>.

Gráfico 5 – Sexo



No Gráfico 6, vemos os dados referentes às graduações cursadas pelos professores que responderam ao questionário. É nítida a preponderância de professores graduados em economia ou história.

Gráfico 6 – Cursos de graduação



Se, de um lado, a área de história econômica permite que não economistas tenham algum espaço para dialogar nos cursos de graduação, de outro, a tendência histórica dos departamentos de economia – salvo algumas exceções – foi de reforçar a endogenia da área. Nas universidades mais antigas (USP, UFRJ e UFMG), principalmente nas décadas de 1950 e 1960, houve uma tendência de substituição dos professores oriundos de outras áreas de formação que lecionavam no Departamento de Economia (como direito, sociologia, história, engenharia e contabilidade) por professores formados em economia, na maioria das vezes graduados na própria universidade<sup>11</sup>. Uma tendência que reproduzia a

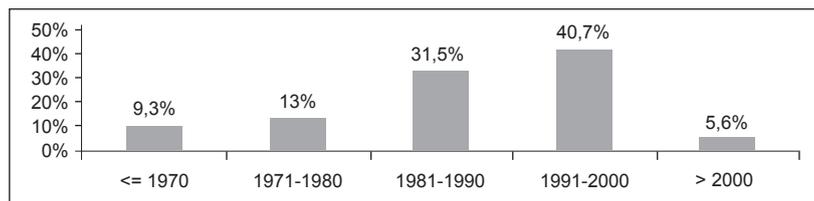
<sup>10</sup> Para o levantamento das historiadoras econômicas no Brasil, cf. Ribeiro (2012) e Szmrecsányi (1996).

<sup>11</sup> No caso particular da FEA-USP, entre 1969 e 1980, o perfil dos professores que ministravam no curso foi completamente transformado. Em 1969, os economistas eram 50% dos docentes do departamento, enquanto em 1980 já representavam 86%. Cf. Pinho (1984).

evolução do conhecimento econômico nos Estados Unidos, de instrumentalização da teoria econômica – materializado com a microfundamentação da macroeconomia –, que tornou nas últimas décadas o espaço para o desenvolvimento da história econômica praticamente inexistente dentro dos departamentos de economia dos Estados Unidos (Coats, 1993; Morgan, 1990)<sup>12</sup>.

Abaixo, no Gráfico 7, encontram-se os dados referentes ao ano de ingresso na graduação dos entrevistados. Esse gráfico está diretamente relacionado com o gráfico das idades. Como a maioria dos professores têm entre 30 e 50 anos, era de esperar que ingressassem no ensino superior nas décadas de 1980 e 1990, tendência confirmada pelos dados. É importante salientar que cerca de 90% dos docentes da área, independentemente de quando ingressaram nas universidades, estão no regime de dedicação exclusiva. Considerando o perfil dos historiadores econômicos como mais ligados às atividades puramente acadêmicas, com menor atuação no mercado, essa alta porcentagem era esperada. Entre os cerca de 10% que não estão no regime de dedicação exclusiva, a maior parte leciona em faculdades privadas, entre turno completo ou parcial.

Gráfico 7 – Ano de ingresso na graduação

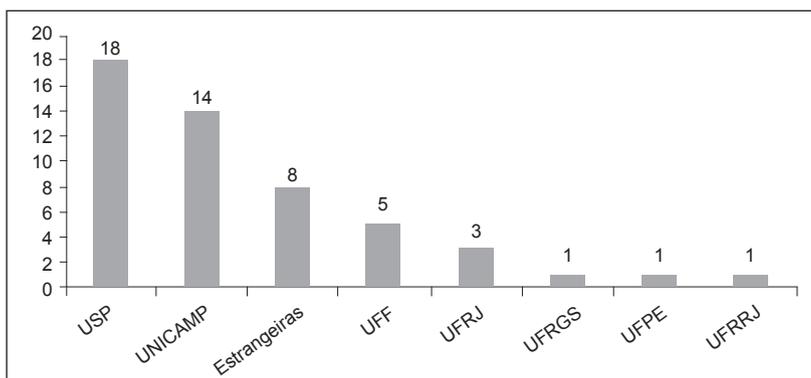


A seguir estão os dados sobre as universidades em que os professores realizaram seus doutorados. O Gráfico 8 mostra que mais de 63% dos entrevistados realizaram suas teses de doutorado no Instituto de Economia da UNICAMP (no Programa de Teoria Econômica ou no de Desenvolvimento Econômico) ou na USP (no Programa de Economia

<sup>12</sup> Para o caso da Inglaterra, a história da Associação de História Econômica do país reforça essa tendência de redução do espaço para estudos de história econômica: a partir dos anos 1980, a sociedade sofreu com uma queda de membros, especialmente entre os economistas (Harte, 2001).

– Instituto de Pesquisas Econômicas – da FEA-USP ou no Programa de História Econômica da FFLCH-USP). Vemos que o fato de o ensino superior no Brasil ser concentrado na região Sudeste é ainda mais acentuado quando se considera a pós-graduação, fazendo com que a maioria dos professores da área de história econômica das principais universidades públicas e particulares do Brasil tenham suas teses de doutorado realizadas em São Paulo (USP e UNICAMP) ou no Rio de Janeiro (UFF e UFRJ). As universidades estrangeiras citadas nos questionários são variadas e não tivemos nenhum programa de pós em que dois ou mais professores estudaram. Dentre as universidades estrangeiras, encontram-se as universidades de Londres, de Cardiff, a London School of Economics e a de Cambridge na Inglaterra, a de Colônia na Alemanha, a Técnica de Lisboa em Portugal, a de Córdoba na Argentina e a de Versalhes na França<sup>13</sup>.

Gráfico 8 – Universidades de doutoramento

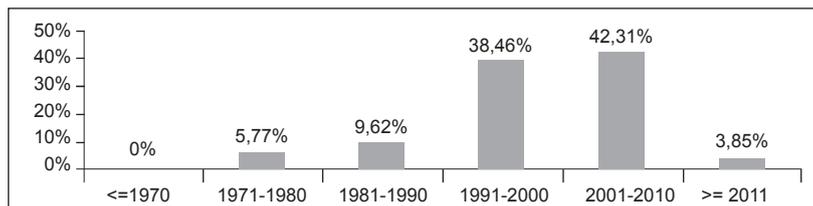


No Gráfico 9, encontram-se os dados sobre o ano de ingresso no doutorado. A concentração de teses realizadas nos anos 1990 e 2000

<sup>13</sup> Nesse sentido, ao que parece, a área de história econômica parece ter avançado mais tardiamente para a tendência de internacionalização do corpo docente. Conforme descreve Maria Rita Loureiro, desde os anos 1970 os programas de pós-graduação em economia passaram a ser formados crescentemente por meio de docentes formados no exterior e, em particular, nos Estados Unidos. Em alguns poucos casos, os cursos de pós-graduação resistiram a essa tendência. No caso da área de história econômica, a formação nos programas nacionais, como os dados revelam, ainda é hegemônica (Loureiro, 1997).

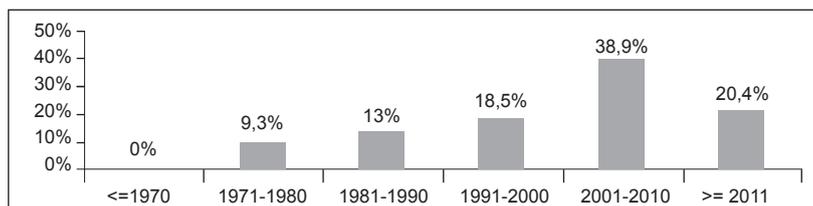
reforça a ideia de que a formação dos professores é recente, de maneira que tiveram oportunidade de incorporar, ou ao menos conhecer, variadas vertentes e referências da área publicadas nos últimos anos.

Gráfico 9 – Ano de ingresso no doutorado



O Gráfico 10 apresenta os dados sobre o ano de ingresso na universidade onde os entrevistados atuam. Vemos que a maior parte dos professores foi contratada nos anos 2000 e nos primeiros quatro anos da década de 2010, o que representa uma tendência de renovação dos quadros das universidades nos últimos 15 anos. Em parte, essa tendência é resultado das aposentadorias dos professores que ingressaram a universidade na década de 1970, momento de grande contratação de professores e reformulação dos cursos por conta de reformas universitárias tanto da graduação, como da pós-graduação; todavia, também é resultado dos reduzidos concursos para ingresso no sistema público, entre as décadas de 1980 e 1990. Essa tendência seria ainda mais acentuada, se estendêssemos a amostra para os novos cursos formados pela expansão das universidades federais no Brasil, mas que ainda não possuem cursos de pós-graduação.

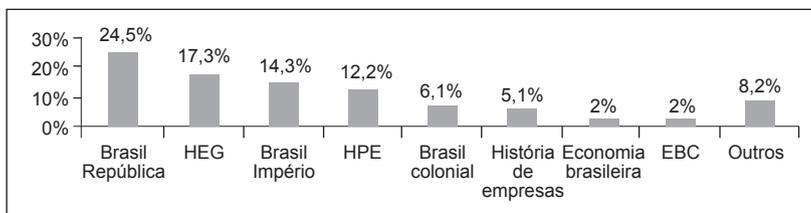
Gráfico 10 – Ano de ingresso como professor na universidade atual



Finalmente, o último gráfico (Gráfico 11) é referente à descrição do perfil dos pesquisadores que participaram da pesquisa, no qual se reúnem

as áreas de pesquisa informadas pelos próprios professores, que foram solicitados a citar no máximo duas áreas de pesquisa. Entre as três principais áreas indicadas, encontramos História Econômica Geral (HEG), História do Brasil República e História do Brasil Império. São áreas tradicionais de pesquisa em história econômica, especialmente, Brasil Império e República, áreas que concentram efetivamente o maior número de teses defendidas em programas como de história econômica da FFLCH-USP e do Instituto de Economia da UNICAMP. Vale reforçar que, nos encontros da ABPHE, essas são historicamente áreas que recebem grande quantidade de trabalhos para apresentação nos congressos nacionais. História Econômica Geral, por outro lado, pode ter aparecido com relativo destaque porque é uma disciplina obrigatória presente em todos os cursos de economia e, possivelmente, pode ter sido encarada como área de atuação pelos professores que participaram do questionário. Por fim, contidos na denominação “Outros”, estão, por exemplo, áreas de atuação como história antiga, teoria econômica, economia industrial, economia rural e desenvolvimento econômico.

Gráfico 11 – Área de pesquisa



#### 4. Os clássicos no ensino brasileiro de história econômica: análise bibliométrica

Nos formulários enviados por *e-mail* aos professores entrevistados, constava uma seção dedicada ao preenchimento de informações relacionadas à identificação das disciplinas ministradas nos últimos dois anos (como, por exemplo, o nome da disciplina, a carga horária etc.) e a bibliografia utilizada em seus programas de curso. Em especial, solicitamos aos professores que indicassem cinco fontes bibliográficas que julgassem

as mais importantes em cada disciplina. Nosso intuito foi construir um panorama das referências bibliográficas mais utilizadas nas diferentes áreas de estudo da história econômica. Nesse panorama, buscamos mostrar quais textos têm se perpetuado como essenciais nos cursos, quais foram aqueles que perderam representatividade ao longo do tempo e quão diferente são as disciplinas que se apresentam com o mesmo nome e ementa em diferentes universidades.

#### **4.1 Procedimentos para consolidação das respostas obtidas**

As respostas obtidas por meio dos questionários foram trabalhadas para que pudessem ser consolidadas em tabelas dinâmicas do Excel. Dessa forma, cada referência citada no formulário foi associada a um professor, que, por sua vez, foi associado às informações de localidade, universidade, idade etc. Dado que as informações obtidas provêm de formulários preenchidos por diferentes professores, o tratamento inicial dos dados consistiu em padronizar as referências obtidas. Dessa forma, cada referência foi associada a um registro único de autor, tentando unificar, por exemplo, obras com edições diferentes. A referência padronizada das obras, por sua vez, foi associada a todas as linhas de base dos dados enviados pelos questionários, e o vínculo entre as duas planilhas foi mantido, utilizando uma fórmula simples de referência do Excel.

O mesmo procedimento foi adotado em relação às disciplinas, visto que a dificuldade encontrada era similar, ou seja, embora abordassem temas bastante parecidos, com base em bibliografias também semelhantes, a nomenclatura das disciplinas não possuía um padrão definido. Dessa forma, as disciplinas foram agrupadas em quatro grupos temáticos, de acordo com a bibliografia informada e a descrição resumida enviada pelos professores. Assim, apenas como exemplo, a disciplina história econômica do Brasil foi listada entre os professores também como formação econômica do Brasil e formação econômica e social do Brasil, podendo ser dividida em duas disciplinas com ementas entre colônia/Império e República, ou ministrada como uma disciplina única. A área de economia brasileira foi considerada como formada por aquelas disciplinas que abordavam os temas da história econômica do Brasil do pós-1964 (mas que em determinados casos encontrados tinham o início

do curso os anos 1950 ou outros casos em que economia brasileira apenas se dedica para as últimas décadas da história do país). As diferentes nomenclaturas das matérias foram consolidadas em quatro áreas. A área 1, de História Econômica Geral, a área 2, de História Econômica do Brasil, a área 3, de Economia Brasileira, e área 4, de História Econômica Regional<sup>14</sup>.

A partir dessa classificação consolidamos as referências do formulário enviado pelos professores. Para a análise bibliométrica, optamos por apresentar os cinco autores mais citados em cada área temática, isto é, os cinco textos mais citados pelos professores para as áreas de História Econômica Geral, História Econômica do Brasil e Economia Brasileira, que suspostamente representam as bases teóricas e históricas das disciplinas.

Na área temática 1, de História Econômica Geral, é nítida a preponderância das obras de Eric J. Hobsbawm, cujo número de citações ultrapassa em larga medida aquelas existentes para os outros quatro autores mais citados. É preciso notar também a abrangência cronológica das obras de Hobsbawm: os livros citados cobrem desde o início do século XVIII até o fim do século XX, constituindo praticamente um programa completo de disciplina. As obras *Da Revolução Industrial Inglesa ao imperialismo*, *A era das revoluções* e *A era do capital* foram livros que chegaram ao Brasil, de maneira geral, ao longo das décadas de 1970 e 1980, e, desde então, passaram a compor parte importante da bibliografia dos cursos de História Econômica Geral. Os textos de Hobsbawm apresentam não somente a grande erudição do historiador na construção de sua interpretação, como também uma especial característica de serem textos bastante acessíveis. Mesmo não se distanciando da leitura materialista da história, os textos de Hobsbawm são muito mais compreensíveis do que a principal referência dos cursos de história econômica dos anos 1970, *A evolução do capitalismo*, de Maurice Dobb, que não deixou de ser usado, permanecendo, em especial, naqueles cursos que investem no debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo.

---

<sup>14</sup> As disciplinas de História Econômica Regional receberam poucas respostas, de maneira que elas não serão abordadas neste artigo.

Tabela 1 – Principais referências da área 1 – História Econômica Geral

| AUTOR  | CITAÇÕES |
|--|----------|
| Eric J. Hobsbawm                                       | 32       |
| <i>A era dos extremos</i>                              | 14       |
| <i>Da Revolução Industrial Inglesa ao imperialismo</i> | 10       |
| <i>A era das revoluções</i>                            | 4        |
| <i>A era do capital</i>                                | 4        |
| Barry Eichengreen                                      | 9        |
| <i>A globalização do capital</i>                       | 9        |
| Ellen Meiksins Wood                                    | 6        |
| <i>A origem do capitalismo</i>                         | 6        |
| Karl Polanyi   | 6        |
| <i>A grande transformação</i>                          | 6        |
| Maurice Dobb   | 6        |
| <i>A evolução do capitalismo</i>                       | 6        |

Duas outras importantes referências podem ser consideradas resultado de assimilações de textos publicados mais recentemente. A obra *A globalização do capital*, de Barry Eichengreen, economista que realiza abordagem histórica sobre a formação do sistema financeiro mundial, chegou ao Brasil com uma tradução do ano 2000. De outro lado, a obra de Ellen Wood, *A origem do capitalismo*, livro que recupera o debate da transição do feudalismo ao capitalismo, recebeu sua tradução brasileira em 2001. Essas duas obras revelam questões interessantes: se, de um lado, o livro de Eichengreen prioriza a dimensão financeira da economia internacional e da formação do sistema monetário internacional, de outro, Ellen Wood recupera o tradicional debate marxista sobre o modo de produção e a dinâmica da transição. Em suma, os cursos de história econômica abrem portas para avaliar um tema que se tornou central no capitalismo moderno, a dinâmica financeira, mas também não abandonam um debate que certamente fez parte da formação da grande maioria dos historiadores econômicos, demonstrando a influência das interpretações marxistas ainda hoje na área.

Na área temática 2, de História Econômica do Brasil, a tendência observada em História Econômica Geral parece ser reforçada. As citações

das obras de Celso Furtado, com nítida concentração em *Formação econômica do Brasil*, assemelham-se em importância às citações das obras de Eric Hobsbawm para a área 1. A obra clássica de Furtado permite apresentar uma interpretação tanto acessível como sintética da evolução da economia brasileira. Dessa forma, também vale destacar as obras de Caio Prado Jr., o segundo autor mais referenciado, com citações concentradas em *Formação do Brasil contemporâneo* e *História econômica do Brasil*.

Em seguida, são citadas em número quase igual as obras de João Manuel Cardoso de Mello, Marcelo de Paiva Abreu e Fernando Novais. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*, de Fernando Novais, ou como versão resumida *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*, foi uma obra que trouxe a perspectiva de Caio Prado Jr. em uma nova roupagem, na década de 1970. Dentro dos marcos da leitura marxista, podendo estabelecer intenso diálogo com obras como as de Maurice Dobb e de Eric Hobsbawm, essa leitura de Novais sobre a colonização parece permanecer como um clássico. O livro de João Manuel Cardoso de Mello, por outro lado, pode ser enquadrado no debate sobre as condições da industrialização do Brasil, que mantém um diálogo com outras obras também consideravelmente referenciadas entre os questionários, como as de Wilson Suzigan, *Indústria brasileira* (cinco referências), e de Maria da Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (seis referências). Finalmente, o livro *A ordem do progresso*, de organização de Marcelo de Paiva Abreu, reúne artigos de economistas e de historiadores econômicos sobre economia brasileira e foi publicado no Centenário da Proclamação da República, tornando-se uma importante referência ao apresentar de maneira sistemática a política econômica dos governos republicanos brasileiros. Ademais, a obra foi adotada como bibliografia para economia brasileira nos exames da ANPEC (exames de ingresso nos programas de pós-graduação de economia), reforçando sua utilização nos cursos de graduação.

Tabela 2 – Principais referências da área 2 – História Econômica do Brasil

| AUTOR   | CITAÇÕES |
|---|----------|
| Celso Furtado   | 32       |
| <i>Formação econômica do Brasil</i>                       | 29       |
| <i>Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII</i> | 1        |

Tabela 2 – Principais referências da área 2 – História Econômica do Brasil

| AUTOR   | CITAÇÕES |
|---|----------|
| <i>Têoria e política do desenvolvimento econômico</i>                   | 1        |
| <i>A pré-revolução brasileira</i>                                       | 1        |
| Caio Prado Jr.  | 17       |
| <i>Formação do Brasil contemporâneo</i>                                 | 11       |
| <i>História econômica do Brasil</i>                                     | 5        |
| <i>A revolução brasileira</i>   | 1        |
| João Manuel Cardoso de Mello  | 8        |
| <i>O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica...</i>          | 8        |
| Marcelo de Paiva Abreu  | 7        |
| <i>A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana</i> | 7        |
| Fernando Novais   | 7        |
| <i>Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808</i> | 5        |
| <i>Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial</i>                  | 2        |

Na área temática 3, por fim, referente à área de Economia Brasileira, destacam-se dois tipos de obras. O primeiro grupo é composto por coletâneas compostas por capítulos que cumprem com o papel de abarcar um compêndio para a trajetória da economia brasileira, com detalhada descrição da política econômica de cada governo. Esses livros são *A ordem do progresso*, livro organizado por Marcelo de Paiva Abreu e presente com 11 referências, e *A economia brasileira*, de organização de Fábio Giambiagi e presente com 10 referências<sup>15</sup>. O segundo grupo, por outro lado, é formado por obras clássicas da história do Brasil, escritas nos anos 1950 e 1960, que buscavam apresentar sínteses interpretativas sobre a dinâmica econômica do país, quais sejam, a obra *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, de Maria da Conceição Tavares, *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, e *Quinze anos de política econômica*,

<sup>15</sup> Existe hoje uma quantidade significativa de livros de Economia Brasileira no mercado, de editoras com títulos voltados ao ensino universitário, tais como Campus-Elsevier, Atlas e Saraiva. Tais livros não foram arrolados entre as principais indicações de nossa amostra, mas certamente são livros muito usados em cursos de Economia Brasileira, não somente nas faculdades de economia, como também em cursos de administração, direito e contabilidade.

de Carlos Lessa, com, respectivamente, 8, 5 e 3 citações. Como veremos, esses 2 grupos de obras marcam uma mudança bastante profunda na forma de encerrar a história econômica, que, de um mecanismo de análise estrutural como era presente nos trabalhos das décadas entre 1950 e 1970, passou a ser usada muito mais como uma análise de erros e acertos das políticas econômicas nacionais.

Tabela 3 – Principais referências da área 3 – Economia Brasileira

| AUTOR   | CITAÇÕES |
|---|----------|
| Marcelo de Paiva Abreu  | 12       |
| <i>A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana</i> | 11       |
| <i>A quem beneficiam as políticas públicas no Brasil</i>                | 1        |
| Fábio Giambiagi   | 10       |
| <i>Economia brasileira contemporânea</i>                                | 10       |
| Maria da Conceição Tavares  | 9        |
| <i>Da substituição de importações ao capitalismo financeiro</i>         | 8        |
| <i>Acumulação de capital e industrialismo no Brasil</i>                 | 1        |
| Celso Furtado   | 8        |
| <i>Formação econômica do Brasil</i>                                     | 5        |
| <i>Análise do modelo brasileiro</i>                                     | 2        |
| <i>O mito do desenvolvimento econômico</i>                              | 1        |
| Carlos Lessa  | 4        |
| <i>Quinze anos de política econômica</i>                                | 3        |
| <i>A estratégia de desenvolvimento, 1974-76: sonho e fracasso</i>       | 1        |
| Pedro P. Z. Bastos e Pedro C. D. Fonseca                                | 4        |
| <i>A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade</i>           | 4        |
| Pedro C. D. Fonseca   | 4        |
| <i>Vargas: o capitalismo em construção</i>                              | 3        |
| <i>Sobre a intencionalidade da política industrializante...</i>         | 1        |

## 4.2 Formação dos docentes e bibliografia citada

As referências bibliográficas foram então cruzadas com outras informações solicitadas nos formulários, a fim de observar possíveis padrões

que os professores seguem no momento de definir a bibliografia a ser adotada na disciplina, assim como observar as razões que levam à adoção desses padrões. As informações coletadas serão expostas divididas nas três áreas acima mostradas: História Econômica Geral, História Econômica do Brasil e Economia Brasileira.

#### 4.2.1 Área 1: História Econômica Geral

As referências das disciplinas de História Econômica Geral (HEG) foram cruzadas com as respectivas universidades onde os professores realizaram suas teses de doutorado, com o intuito de observar qual a influência que a formação do doutoramento em determinada universidade pode exercer sobre a bibliografia a ser adotada. Os dados são apresentados abaixo (Tabela 4):

Tabela 4 – Universidade de realização do doutorado e referências para HEG

| AUTORES         | UFF | UFRJ | UNICAMP | UNIVERSIDADE ESTRANGEIRA | USP | TOTAL GERAL |
|-----------------|-----|------|---------|--------------------------|-----|-------------|
| Eric Hobsbawm   | 6   | 0    | 15      | 4                        | 7   | 32          |
| Eichengreen     | 1   | 0    | 4       | 1                        | 3   | 9           |
| Ellen Wood      | 4   | 0    | 1       | 0                        | 1   | 6           |
| Karl Polanyi    | 2   | 0    | 2       | 0                        | 2   | 6           |
| M. A. Dobb      | 0   | 0    | 5       | 0                        | 1   | 6           |
| David S. Landes | 0   | 0    | 2       | 1                        | 2   | 5           |
| Karl Marx       | 0   | 1    | 4       | 0                        | 0   | 5           |
| Jeffrey Frieden | 0   | 0    | 0       | 0                        | 4   | 4           |
| Paul Mantoux    | 0   | 0    | 3       | 0                        | 0   | 3           |
| Outros          | 20  | 4    | 37      | 14                       | 38  | 113         |
| Total geral     | 33  | 5    | 73      | 20                       | 58  | 189         |

Na área de História Econômica Geral, os livros de Hobsbawm são referência dominante, de maneira que o autor aparece como parte importante do argumento dos cursos independentemente da instituição em que se realizou o doutorado. Contudo, algumas indicações podem ser feitas para outras citações: a obra de Maurice Dobb, por exemplo, é hegemonicamente usada por quem se formou na UNICAMP, possivelmente como influência do debate da transição do feudalismo para o

capitalismo que era parte da formação acadêmica do Programa de Pós-Graduação no Instituto de Economia. Talvez por isso mesmo, e pelo papel da difusão da teoria marxista no Programa da Unicamp, que são os formandos no Instituto de Economia que mais incorporam em suas bibliografias os livros de Karl Marx e de Paul Mantoux<sup>16</sup>.

Na tabela acima, dentre o campo “Outros”, encontram-se cerca de 80 autores (113 obras) que obtiveram poucas citações. Na imensa maioria dos casos, somente 1 citação. Em todo caso, uma indicação parece interessante: são os professores formados nas universidades estrangeiras que apresentam maior quantidade de textos em inglês, como também apresentam livros publicados mais recentemente, tais como os de Robert Allen, de Antoin Murphy e de Nomi Prins.

Abaixo (Tabela 5) é apresentado o cruzamento das referências com as universidades onde os professores atualmente trabalham. Esse cruzamento poderia apontar para a formação de perfis das disciplinas com relação ao projeto do curso de graduação de cada faculdade. Contudo, o que se percebe é o alto grau de autonomia dos professores da área de história econômica na construção de suas ementas, de maneira que, aparentemente, os conteúdos das disciplinas de História Econômica Geral não possuem um padrão específico. Um caso especial merece destaque: no INSPER a disciplina é chamada de história econômica e das organizações, recebendo uma influência da economia institucional presente no projeto mais geral da faculdade, com o uso de referências menos comuns em outras faculdades, tais como Alfred Chandler Jr., Douglass North e Landes, Mokyr e Baumol.

Tabela 5 – Universidade de atuação e referências para HEG

| AUTORES        | INSPER | UFF | UFJF | UFMG | UFRJ | UNICAMP | USP | OUTRAS | TOTAL |
|----------------|--------|-----|------|------|------|---------|-----|--------|-------|
| E. Hobsbawm    | 0      | 1   | 1    | 3    | 3    | 6       | 7   | 11     | 32    |
| Eichengreen    | 1      | 0   | 0    | 0    | 2    | 0       | 4   | 2      | 9     |
| Ellen Wood     | 0      | 1   | 0    | 2    | 0    | 0       | 0   | 3      | 6     |
| K. Polanyi     | 0      | 2   | 0    | 0    | 0    | 0       | 1   | 3      | 6     |
| M. Dobb        | 0      | 0   | 1    | 0    | 0    | 3       | 1   | 1      | 6     |
| Outros autores | 7      | 11  | 13   | 8    | 15   | 19      | 17  | 40     | 130   |
| Total geral    | 8      | 15  | 15   | 13   | 20   | 28      | 30  | 60     | 189   |

<sup>16</sup> Para o perfil do curso de economia da UNICAMP, cf. Presser (2007).

No campo “Outras”, na primeira linha da Tabela 5, acima, encontram-se 8 universidades que foram representadas por 1 ou 2 professores. No campo “Outros autores”, na penúltima linha, encontram-se cerca de 90 autores que, assim como na tabela anterior, obtiveram poucas citações, na maior parte dos casos, somente 1. Mas há algumas tendências interessantes a serem avaliadas: em primeiro lugar, os docentes vinculados à UNICAMP, do total de citações, 26 eram de autores ou marxistas ou cepalinos. No caso da USP, as referências são mais diversificadas, tanto com livros-textos como de Frederico Mazzucchelli, Flávio Saes e Alexandre Saes, Jeffry Frieden, como de obras publicadas mais recentemente, mais próximas da teoria econômica aplicada, de autores como Barry Eichengreen, Joseph Stiglitz e Alfred Chandler Jr.

Tabela 6 – Idade e referências para HEG

| AUTORES         | (ATÉ 40) | (40-49) | (50-59) | (60 OU +) | NÃO RESPONDEU | TOTAL |
|-----------------|----------|---------|---------|-----------|---------------|-------|
| Eric Hobsbawm   | 13       | 11      | 5       | 1         | 2             | 32    |
| Eichengreen     | 5        | 2       | 1       | 1         | 0             | 9     |
| Ellen Wood      | 3        | 3       | 0       | 0         | 0             | 6     |
| Karl Polanyi    | 1        | 3       | 2       | 0         | 0             | 6     |
| M.A. Dobb       | 4        | 1       | 0       | 0         | 1             | 6     |
| David S. Landes | 0        | 4       | 1       | 0         | 0             | 5     |
| G. Arrighi      | 0        | 0       | 3       | 0         | 1             | 4     |
| Outros          | 58       | 26      | 23      | 8         | 6             | 121   |
| Total geral     | 84       | 50      | 35      | 10        | 10            | 189   |

Na Tabela 6, os textos citados são comparados com as idades dos professores ministrantes das disciplinas. Ao que parece, a questão geracional não pode ser considerada como elemento determinante na decisão da montagem de programas da disciplina – em comparação com a localidade onde foi realizado o doutoramento –, especialmente no caso de História Econômica Geral. Diferentemente do esperado, por exemplo, os mais jovens são responsáveis pela citação de livros como *A evolução do capitalismo*, de Dobb, como de obras clássicas de autores como Karl Marx (*O capital*), Fernand Braudel (*Civilização material, economia e capitalismo*), Perry Anderson (*Linhagens do Estado absolutista e passagens da Antiguidade ao feudalismo*)<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Outros cruzamentos de variáveis com as referências bibliográficas citadas (tais como

## 4.2.2 Área 2: História Econômica do Brasil

A área de História Econômica do Brasil abarca os estudos relativos ao período da economia brasileira colonial, imperial e republicano, tendo como marco cronológico final, em média, os anos 1960-1970. Sem dúvida nenhuma, as obras de Celso Furtado e Caio Prado Jr. aparecem como centrais na construção dos cursos que tratam da “formação econômica do Brasil”, por serem importantes sínteses interpretativas. É possível dizer que foi a partir de *Formação do Brasil contemporâneo* e de *Formação econômica do Brasil*, respectivamente de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado, que uma parte significativa dos estudos de história econômica do Brasil foram realizados como teses e dissertações dos programas de pós-graduação, fosse para reforçar o argumento dos autores, ou para negar, seguindo a expansão das interpretações revisionistas das décadas de 1980-1990.

Quando cruzamos os dados sobre a universidade de formação do doutorado dos docentes que responderam aos questionários (Tabela 7) com as referências priorizadas para as disciplinas de História Econômica do Brasil (HEB), novamente o perfil da UNICAMP aparece como delineador de um tipo de curso: foram os docentes lá formados que mais indicaram os livros de João Manuel Cardoso de Mello, de Maria da Conceição Tavares e de Fernando Novais, que representam o chamado “pensamento da casa”. Ademais, foi da UNICAMP que as obras dos intérpretes do Brasil também mais apareceram: tanto de Gilberto Freyre como de Sérgio Buarque de Holanda, mas inclusive *A revolução burguesa*, de Florestan Fernandes.

O que é de digno de nota sobre a seleção das prioridades bibliográficas em História Econômica do Brasil, e independentemente das variáveis presentes nas tabelas 7, 8 e 9, é que o espaço para a literatura revisionista que emerge a partir da década de 1980 é ainda bastante limitado. Estudos como de João Fragoso e Manolo Florentino, *O arcaísmo como projeto*, ou *História do Brasil*, organizado por Maria Yedda Linhares, que podem ser considerados como defensores de uma nova síntese interpretativa sobre a dinâmica do mercado interno, trabalhos importantes que sustentaram a formação de pesquisadores em história econômica nas últimas décadas,

---

curso de graduação, sexo, ano de realização da graduação e da pós-graduação) não apresentaram resultados representativos e, por isso, não exploramos esses dados no artigo.

foram lembrados apenas duas vezes cada. E, mais curioso, não foram lembrados por docentes das instituições dos autores revisionistas. Isso vale também para o livro *O trato dos viventes*, de Luiz Felipe Alencastro, que revisou o comércio de escravos no Atlântico – assim como de uma ampla gama de estudos sobre escravidão que passaram a questionar o paradigma plantacionista pradiano –, mas ainda não parece ter sido absorvido pelos cursos de graduação, sendo lembrado apenas duas vezes também.

Tabela 7 – Universidade de realização do doutorado e referências para HEB

| AUTORES                | UFF | UFRRJ | UNICAMP | UNIVERSIDADE ESTRANGEIRA | USP | TOTAL |
|------------------------|-----|-------|---------|--------------------------|-----|-------|
| Celso Furtado          | 3   | 0     | 10      | 3                        | 16  | 32    |
| Caio Prado Jr.         | 1   | 1     | 5       | 2                        | 8   | 17    |
| J. M. C. de Mello      | 2   | 0     | 5       | 0                        | 1   | 8     |
| Marcelo de Paiva Abreu | 0   | 0     | 1       | 0                        | 6   | 7     |
| Fernando Novais        | 0   | 0     | 4       | 1                        | 2   | 7     |
| M. da C. Tavares       | 1   | 0     | 3       | 0                        | 2   | 6     |
| Wilson Suzigan         | 2   | 0     | 0       | 1                        | 2   | 5     |
| Giambiagi              | 1   | 0     | 0       | 0                        | 3   | 4     |
| Guido Mantega          | 3   | 0     | 0       | 0                        | 1   | 4     |
| Florestan Fernandes    | 0   | 0     | 3       | 0                        | 1   | 4     |
| Outros                 | 16  | 3     | 21      | 8                        | 46  | 94    |
| Total geral            | 29  | 4     | 52      | 15                       | 88  | 188   |

Tabela 8 – Universidade de atuação e referências para HEB

| AUTORES                | INSPER | UFF | UFRN | UNICAMP | USP | OUTRAS | TOTAL |
|------------------------|--------|-----|------|---------|-----|--------|-------|
| Celso Furtado          | 3      | 3   | 2    | 3       | 9   | 12     | 32    |
| Caio Prado Jr.         | 2      | 1   | 1    | 3       | 5   | 5      | 17    |
| J. M. C. de Mello      | 1      | 2   | 1    | 1       | 0   | 3      | 8     |
| Marcelo de Paiva Abreu | 1      | 0   | 0    | 0       | 6   | 0      | 7     |
| Fernando Novais        | 0      | 0   | 0    | 2       | 1   | 4      | 7     |
| Carlos Lessa           | 0      | 0   | 0    | 0       | 4   | 1      | 5     |
| Sérgio B. de Holanda   | 0      | 0   | 0    | 0       | 0   | 4      | 4     |
| Guido Mantega          | 0      | 3   | 0    | 0       | 1   | 0      | 4     |
| Outros                 | 10     | 20  | 6    | 6       | 29  | 33     | 104   |
| Total geral            | 17     | 29  | 10   | 15      | 55  | 62     | 188   |

Tabela 9 – Idade e referências para HEB

| AUTORES                | (ATÉ 40) | (40-49) | (50-59) | (60 OU +) | TOTAL |
|------------------------|----------|---------|---------|-----------|-------|
| Celso Furtado          | 13       | 9       | 7       | 3         | 32    |
| Caio Prado Jr.         | 8        | 4       | 3       | 2         | 17    |
| J. M. C. de Mello      | 3        | 4       | 0       | 1         | 8     |
| Marcelo de Paiva Abreu | 3        | 1       | 3       | 0         | 7     |
| Fernando Novais        | 3        | 2       | 2       | 0         | 7     |
| M. da C. Tavares       | 1        | 4       | 1       | 0         | 6     |
| Carlos Lessa           | 0        | 3       | 2       | 0         | 5     |
| Bielschowsky           | 0        | 4       | 0       | 0         | 4     |
| Guido Mantega          | 0        | 4       | 0       | 0         | 4     |
| Outros                 | 33       | 30      | 22      | 13        | 98    |
| Total geral            | 64       | 65      | 40      | 19        | 188   |

#### 4.2.3 Área 3: Economia Brasileira

As disciplinas de Economia Brasileira, dentre aquelas que consideramos como de história econômica, são as que possivelmente tivemos maiores problemas de coleta de informação. Afinal, não necessariamente são os professores da área de história econômica que assumem os cursos de Economia Brasileira nas faculdades de economia. Dessa forma, podendo ser cursos ministrados por economistas das mais diversas áreas de formação e interesse, em suma, a área possui um caráter mais heterogêneo no que diz respeito ao perfil docente do que as disciplinas de História Econômica Geral ou de História Econômica do Brasil, formadas fundamentalmente por membros da confraria dos historiadores econômicos brasileiros. Isso pode ter contribuído também para não termos conseguido incorporar uma gama maior de respostas de docentes para a pesquisa.

Como apresentamos anteriormente, ao que parece há dois grupos de referências comumente usadas nos cursos de Economia Brasileira: de um lado, os livros organizados por professores do Rio de Janeiro, especialmente de Marcelo de Paiva Abreu, professor da PUC-RJ, e Fábio Giambiagi, ex-professor da UFRJ e da PUC-RJ. De outro lado, há o grupo de livros de autores como Furtado, Tavares e Lessa, cuja influência teórica remonta a interpretação e o debate cepalino no Brasil. Nas tabelas 10, 11 e 12, apresentamos a distribuição das referências de Eco-

nomia Brasileira com relação à universidade de doutoramento, à universidade em que trabalha e à idade.

Tabela 10 – Universidade de doutorado e referências de Economia Brasileira

| AUTORES                | SEM DOUTORADO | UFRJ | UNICAMP | UNIVERSIDADE ESTRANGEIRA | USP | TOTAL |
|------------------------|---------------|------|---------|--------------------------|-----|-------|
| Marcelo de Paiva Abreu | 1             | 1    | 3       | 3                        | 4   | 12    |
| M. da C. Tavares       | 1             | 0    | 5       | 1                        | 3   | 10    |
| Giambiagi              | 1             | 1    | 2       | 2                        | 4   | 10    |
| Celso Furtado          | 1             | 0    | 4       | 0                        | 3   | 8     |
| Carlos Lessa           | 0             | 0    | 4       | 0                        | 0   | 4     |
| Outros                 | 6             | 5    | 17      | 5                        | 19  | 52    |
| Total geral            | 10            | 7    | 35      | 11                       | 33  | 96    |

Tabela 11 – Universidade onde trabalha e referências de Economia Brasileira

| AUTORES                      | UFPB | UFRGS | UFRJ | UFU | USP | OUTRAS | TOTAL |
|------------------------------|------|-------|------|-----|-----|--------|-------|
| Marcelo de Paiva Abreu       | 1    | 0     | 2    | 1   | 2   | 6      | 12    |
| M. da C. Tavares             | 1    | 2     | 0    | 1   | 0   | 6      | 10    |
| Giambiagi                    | 1    | 1     | 1    | 0   | 3   | 4      | 10    |
| Celso Furtado                | 1    | 1     | 1    | 2   | 0   | 3      | 8     |
| Carlos Lessa                 | 0    | 0     | 0    | 1   | 0   | 3      | 4     |
| P. P. Bastos e P. D. Fonseca | 0    | 2     | 1    | 0   | 0   | 1      | 4     |
| Pedro Cezar Dutra Fonseca    | 0    | 2     | 1    | 1   | 0   | 0      | 4     |
| Outros                       | 6    | 2     | 6    | 8   | 11  | 11     | 44    |
| Total geral                  | 10   | 10    | 12   | 14  | 16  | 34     | 96    |

Tabela 12 – Idade e referências de Economia Brasileira

| AUTORES                | (ATÉ 40) | (40-49) | (50-59) | (60 OU +) | NÃO RESPONDEU | TOTAL |
|------------------------|----------|---------|---------|-----------|---------------|-------|
| Marcelo de Paiva Abreu | 5        | 1       | 0       | 4         | 2             | 12    |
| M. da C. Tavares       | 6        | 1       | 2       | 0         | 1             | 10    |
| Giambiagi              | 3        | 3       | 2       | 1         | 1             | 10    |
| Celso Furtado          | 5        | 0       | 1       | 1         | 1             | 8     |
| Carlos Lessa           | 2        | 1       | 0       | 0         | 1             | 4     |
| P. Bastos e P. Fonseca | 1        | 0       | 2       | 1         | 0             | 4     |
| Pedro C. Dutra Fonseca | 2        | 0       | 2       | 0         | 0             | 4     |
| Outros                 | 19       | 6       | 6       | 10        | 3             | 44    |
| Total geral            | 43       | 12      | 15      | 17        | 9             | 96    |

No caso da área de Economia Brasileira, deve-se considerar que este é ainda um campo aberto para a edificação de novas interpretações, afinal se trata de uma história em construção. Nos últimos anos o cenário é de crescente presença dos livros organizados por Marcelo de Paiva Abreu e Fábio Giambiagi, em detrimento às sínteses alinhadas às interpretações cepalinas presentes em Furtado, Tavares e Lessa. A vantagem dos livros organizados por Abreu e Giambiagi é o “tempo”, pois podem tratar dos períodos mais recentes que as obras clássicas já não alcançam mais.

Essa potencial disputa entre as duas escolas fica evidente na comparação presente na Tabela 10, quando são relacionadas as obras com o local do doutoramento: os professores formados na UNICAMP ainda estão mais presos aos autores tradicionais na formação daquela escola, isto é, Furtado, Tavares e Lessa, enquanto a USP, como outras faculdades, por outro lado, já teriam dado espaço significativo para as obras de Marcelo de Paiva Abreu e Fábio Giambiagi. São duas gerações de textos e autores, em que o sentido da história econômica na análise da realidade toma forma bastante distinta.

Partindo do exemplo do livro *A ordem do progresso*, coletânea formada, de maneira geral, por contribuições de professores da PUC-RJ com formações na pós-graduação no exterior, a perspectiva de história se distancia daquela leitura estrutural presente em autores de tradição cepalina. Como diz o organizador do livro na Introdução à primeira edição, os capítulos são voltados ao exame dos erros e acertos na condução das políticas econômicas, distanciando-se, dessa maneira, de uma perspectiva mais ampla e estrutural (Abreu, 1989, Introdução, 2014, p. xiii-xiv). Fundamentalmente foi essa uma marca das interpretações “neoestruturalistas” da PUC-RJ, que ascenderam ao debate econômico nacional com suas interpretações sobre a inflação. Apesar de consideravam as particularidades da inflação inercial brasileira, para os autores a realização de uma política econômica “acertada” inseriria o país na dinâmica de qualquer outra economia internacional (Presser, 2007).

Isto é, a história torna-se muito mais um instrumento de exemplificação de políticas bem ou malsucedidas, em detrimento de uma história como instrumento de análise que pode apontar para as especificidades da estrutura econômica e social do país. Essa dicotomia de perspectivas sobre o sentido da Economia Brasileira acaba tendo consequências para

a prática econômica: para as contribuições contemporâneas, os preceitos universais da teoria econômica devem ser perseguidos na condução da política econômica nacional; para os trabalhos estruturalistas/cepalinos, a história impõe-se como condição fundamental para compreender as possibilidades e especificidades da política econômica nacional.

Finalmente, uma nova perspectiva parece emergir, liderada por contribuições como aquelas presentes na coletânea organizada por Pedro Paulo Z. Bastos e Pedro C. Dutra Fonseca (2012), em que a análise da Economia Brasileira vai além da sistematização da política econômica e dos indicadores de cada governo, mas, aproximando-se de uma história política, problematiza a construção dos projetos econômicos pelas disputas dos grupos políticos.

## Considerações finais

A presente pesquisa buscou avaliar o perfil dos docentes e das disciplinas de história econômica existentes nos principais cursos de economia do país. Levantamos dados de cursos de graduação de economia das 43 Instituições de Ensino Superior do Brasil que possuíam programas de pós-graduação em economia. Além das informações oficiais existentes nos *sites* dessas instituições, a pesquisa buscou, por meio de questionários enviados via *e-mail*, dialogar com os docentes desses cursos que lecionavam na área de história econômica. Foram recebidos 54 questionários, de universidades de todo o Brasil, dos quais foi possível traçar algumas regularidades sobre o perfil dos cursos de história econômica oferecidos no país.

O quadro de professores da área tem demonstrado uma alteração profunda nas últimas duas décadas. Ao que parece, entre os anos 1990 e 2000 foi possível observar uma grande alteração dos professores responsáveis pelas disciplinas, tanto por conta da aposentadoria de docentes que teriam entrado logo após as reformas universitárias da década de 1970, como pela recente retomada da abertura de concursos nas universidades públicas, que ainda são a maioria das universidades com programas de pós-graduação em economia. Mas, afinal, essa alteração nos quadros universitários refletiu numa mudança significativa no perfil das disciplinas ministradas nas graduações?

Ao que parece, e como a pesquisa apresentou, a resposta deve ser negativa. A especificidade da área de história econômica, como uma típica *soft science*, reforça sua identidade com o necessário estudo dos autores clássicos como forma de compreensão dos debates historiográficos, inclusive os debates atuais. Isto é, a história econômica ainda é entendida como uma disciplina do tipo *soft science*, em que o contato com os problemas atuais é feito a partir da releitura dos textos clássicos, em oposição a uma concepção *hard science*, próximo do que se praticaria na física, por exemplo, que prescindiria do conhecimento detalhado da história da disciplina e da construção do seu conhecimento (Arida, 1996). Afinal, uma vez que qualquer contribuição relevante dos autores canônicos já estaria incorporada ao estado atual da teoria, criando uma dinâmica em que em que os novos estudos, os novos manuais e as novas descobertas precisam ser incorporados rapidamente ao conhecimento, passando do mundo da pesquisa para o mundo do ensino. Essas áreas, alinhadas ao modelo *hard science*, vivem intensamente um processo de “destruição criativa”, de absorção da fronteira do conhecimento, em que a inovação vai colocando novos padrões de conhecimento, tornando as teorias de décadas anteriores tanto desatualizadas, como mesmo obsoletas.

Quando nos voltamos aos estudos da história, entretanto, o caráter cumulativo do conhecimento e as sínteses do passado são os meios de compreensão das questões presentes em nossas pesquisas e em nossos problemas atuais. Assim, ainda que nas últimas décadas o conhecimento oriundo das novas pesquisas em história econômica tenha avançado substancialmente com o acesso facilitado aos documentos e a melhores condições de sistematização de dados, podemos considerar que são poucos os trabalhos que conseguiram propor novas sínteses para compreensão da evolução da economia. Talvez esse cenário de novas interpretações seja mais visível internacionalmente. Afinal, no que diz respeito aos estudos de História Econômica Geral, o reencontro da teoria econômica com a história nas duas últimas décadas trouxe interpretações fundamentadas em análises econométricas ou na teoria institucionalista, mas que tais teorias ainda são tímidas entre as disciplinas de graduação de história econômica. No que diz respeito aos estudos de História Econômica do Brasil, todavia, os estudos monográficos buscaram muito mais se contrapor às teses clássicas de Celso Furtado e Caio Prado Jr., mas sem conseguir sustentar uma teoria alternativa. Uma ressalva deve

ser feita: no que diz respeito aos temas de Economia Brasileira, especialmente voltados para atender a trajetória da economia nas últimas décadas, os textos mais recentes acabam assumindo papel logicamente mais relevante no ensino.

Ao que parece, no campo do ensino as mudanças são mais lentas. Essa necessidade de reconhecer a evolução do conhecimento exige que o espaço de formação dos alunos, desde o primeiro contato dos discentes com a área, seja um espaço de apropriação das principais linhas interpretativas e do acesso aos temas e problemas da história econômica. Nesse sentido, recuperar os autores clássicos é sempre um caminho para construir a evolução das questões que povoam os historiadores econômicos, de avaliação da trajetória do conhecimento num sentido de uma análise historiográfica.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso*. Dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ARIDA, Pérsio. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, José Márcio (org.). *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ARRUDA, José Jobson. Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica. *Revista Amazonense de História*. Manaus, v. 1, n. 1, p. 11-30, 2002.
- BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro César Dutra (orgs.). *A Era Vargas*. Desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: EDUNESP, 2012.
- BIANCHI, Ana Maria. Sobre a matematização da economia. *Leituras de Economia Política*. Campinas, IE-UNICAMP, n. 21, p. 76, jul. 2013.
- BLAUG, Mark. *História do pensamento econômico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989 (1962).
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES, n. 4, 2007. *Diário Oficial da União*. Brasília, 16 de julho de 2007.
- COATS, A. W. Economics as a profession. *The sociology and professionalization of economics*. British and American economic essays. V. 2. London: Routledge, 1993.
- ERBERELI JÚNIOR, Otávio. História econômica no Brasil (1951-1972): uma possibilidade de tratamento. IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA e VI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 2012. Disponível em <[http://cihe.fffch.usp.br/sites/cihe.fffch.usp.br/files/Otavio\\_Erbereli.pdf](http://cihe.fffch.usp.br/sites/cihe.fffch.usp.br/files/Otavio_Erbereli.pdf)>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

- FOGEL, Robert. The reunification of economic history with the economic theory. *The American Economic Review*, v. 55, n. 1/2, 1965.
- FONTANA, Josep. O futuro de história econômica. *História Econômica & História de Empresas*, v. 17, n. 1, jun. 2014.
- HARTE, Negley. The Economic History Society, 1926–2001. In: HUDSON, Pat. *Living economic and social history*. Glasgow: Economic History Society, 2001.
- LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- MORGAN, Mary. *The history of econometric ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MOTTA, José Flávio. Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira. VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 2009, Campinas. *ANAI DO VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA e 9ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS*. São Paulo: ABPHE, 2009.
- PINHO, Diva Benevides. O Departamento de Ciências Econômicas. In: CANABRAVA, Alice Piffer (coord.). *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo: 1946–1981*. São Paulo, 1984.
- PRESSER, Mário. Ecletismo em dissenso: uma comparação das propostas dos neoestruturalistas da PUC-RJ e dos keynesianos da UNICAMP. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (orgs.). *Ensaios de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, v. 2, n. 2, jul. 2012.
- SAES, Flávio. A história econômica vista sob a perspectiva das revistas de economia. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 1976.
- SAES, Flávio. Os rumos das pesquisas sobre a história econômica do Brasil. *Leituras de Economia Política*. Campinas, IE-UNICAMP, n. 21, jul. 2013.
- SAES, Flávio; SAES, Alexandre. *História econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Aliança para o Progresso, 1964 (1954).
- SOLOW, Robert. Economic history and economics. *The American Economic Review*, v. 75, n. 2, 1985. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/pdf/1805620.pdf?acceptTC=true>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2015.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Sumário da historiografia econômica recente do Brasil republicano. *América Latina en la Historia Económica*. Norteamérica, 3, 1996.
- TEMIN, Peter. The rise and the fall of economic history at MIT. *Working Paper*. Cambridge, MIT, 13–11, 5 June, 2013.
- WHAPLES, Robert. Is economic history a neglected field of study?. *Historically Speaking*. Johns Hopkins University Press, v. 11, n. 2, 2010.